

Perfil dos estudantes com deficiência no Ensino Médio da Rede Federal no Maranhão (IFMA + COLUN/UFMA) em 2025

Estudo Técnico nº 01/2026

Sâmia Cristina Martins Silva, Francisco Gelinski Júnior, José Gabriel Meneses Sousa,
Victória Larissa Santos Chaves e Ramon Bezerra Costa
Ilustrações: Sofia Maluf

ESTUDO TÉCNICO Nº 01/2026
OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO E ECONOMIA (ETC/UFMA)

Perfil dos Estudantes com Deficiência no Ensino Médio da Rede Federal (IFMA + COLUN/UFMA) em 2025

EXPEDIENTE
Coordenação: Sâmia Cristina Martins Silva
Pesquisadores: Francisco Gelinski Júnior; José Gabriel Meneses Sousa; Victória Larissa Santos Chaves, Ramon Bezerra Costa.
Ilustrações: Sofia Maluf Cruz Oliveira.
Período de coleta: julho de 2025 a setembro de 2026
Base de dados: levantamento realizado pelo Colégio Universitário (UFMA) e Instituto Federal do Maranhão, além de solicitação para a Secretaria de Educação do Maranhão, mas sem retorno.

OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO E ECONOMIA

ETC COMUNICAÇÃO TECNOLOGIA ECONOMIA

FAPEMA
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Perfil dos estudantescomdeficiênciano EnsinoMédiodaRedeFederalnoMaranhão (IFMA + COLUN/UFMA) em 2025 [recurso eletrônico]: estudo técnico nº 1/2026/SâmiaCristinaMartinsSilva...[etal.];ilustrações:SofiaMaluf.—São Luís:[*s. n.*],2026.
49 p.:il.

Modode acesso: <www.edufma.ufma.br>
ISBN 978-65-02-46419-9

1. Ensinomédio–Estudantescomdeficiência–RedeFederaldoMaranhão.2. COLUN – Estudantes com deficiência. 3. IFMA - Estudantes com deficiência. I. Silva, Sâmia Cristina Martins. II. Gelinski Júnior, Francisco. III. Sousa, José Gabriel Meneses. IV. Chaves, Victória Larissa Santos. V. Costa, Ramon Bezerra. VI. Maluf, Sofia.

CDD 373.371981 121
CDU 373.5-056.26(812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira

CRB 13 / 41

“Este estudo é resultado da vontade de impactar e fortalecer políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência no âmbito do trabalho e do empreendedorismo. Acreditamos que antes de pensar no que fazer, é necessário saber para quem essas políticas estão sendo construídas e o que essas pessoas precisam. Daí a importância de reunir informações norteadoras para esse processo”. (Sâmia Martins)

“Meu processo foi guiar meu olhar pela leitura do artigo e traduzir cada tópico em representações visuais simples e diretas.” (Sofia Maluf)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
1 METODOLOGIA 15
2 RESULTADOS 18
2.1 PANORAMA DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO – UFMA 19
2.2 PANORAMA DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO 21
2.3 O SILÊNCIO DA REDE ESTADUAL COMO ACHADO 24
3 DISCUSSÃO 25
3.1 RESIDÊNCIA 26
3.2 IDADE 28
3.3 GÊNERO E COR 29
3.4 TIPOS DE DEFICIÊNCIA 29
3.5 LIBRAS 30
3.6 LEITURA 30
3.7 PERFIL ENCONTRADO 30
4 RECOMENDAÇÕES 32
CONSIDERAÇÕES FINAIS 36
REFERÊNCIAS 37
Apêndice A – Questionário de perfil 40
Apêndice B – Ofícios solicitando informações 41
Anexo A – Andamento da solicitação realizada para a SEDUC-MA 47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contexto brasileiro 10
Figura 2 - Perfil dos estudantes com deficiência do Colun 20
FIgura 3 - Perfil dos estudantes com deficiência do IFMA 22
Figura 4 - Municípios mais populosos do Maranhão 27
Figura 5 - Perfil dos (as) estudantes com deficiência no Maranhão em 2025 31

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Distribuição de aluno por rede 11
Tabela 1 - Trabalho no Maranhão no 2º trimestre de 2026 13
Tabela 2 - Quantidade de estudantes por município 26
Tabela 3 - Estudantes por idade 28

SUMÁRIO EXECUTIVO

O estudo relatado aqui teve como objetivo inicial mapear o perfil dos(as) estudantes com deficiência no Ensino Médio público do Maranhão. A estratégia incluiu solicitação de dados à Secretaria de Educação do Maranhão (Seduc/MA), ao Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – instituição com 29 campi – e ao Colégio Universitário/UFMA. Diante da ausência de resposta da Seduc/MA até o fechamento dessa pesquisa (09/2026), o recorte possível foi apenas na Rede Federal.

Obtivemos respostas de 11 dos 29 campi do IFMA (37,9% de taxa de resposta) e 100% de resposta do Colun. Mapeamos 275 estudantes com deficiência no Ensino Médio em 2025: 268 no IFMA e 7 no Colun. Desse total, obtivemos 4 achados principais:

- concentração de estudantes com deficiência em Imperatriz (62) e em São Luís (61), o que se relaciona com o quantitativo populacional, uma vez que são os dois municípios mais populosos do estado;

- deficiência: transtorno do espectro autista (TEA/Autismo) é predominante, com 83 casos (30,2% do total IFMA + Colun), presente em 8 dos 11 campi e em 5 dos 7 alunos do Colun.

- lacuna de dados: gênero, raça/cor, zona e comunicação em Libras foram preenchidos em apenas 4 campi do IFMA. No Colun, único com dados completos, todos os estudantes são do gênero masculino, moradores de São Luís, zona urbana, são leitores, 5 são brancos e 2 negros. Entre os estudantes, 4 estão na 1ª série, 2 na 2ª e 1 na 3ª;

- a ausência de resposta da rede estadual, que concentra mais de 80% das matrículas do Ensino Médio no estado, é em si um resultado por apontar para a necessidade de transparência ativa, uma vez que representar adequadamente os dados é primário para a criação e implementação de políticas públicas.

INTRODUÇÃO



Ilustração de Sofia Maluf.

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a apresentação de dados coletados por nós, vê-se como fundamental apresentar o contexto econômico das pessoas com deficiência no Brasil.

Para tanto, utilizamos as informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Loschi, 2026) no relatório intitulado "Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil", segundo o qual foi constatado que há, no Brasil, **14,4 milhões** de pessoas com deficiência, sendo que no contexto do trabalho, existem desigualdades expressivas quando comparado ao contexto de pessoas sem deficiência, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Contexto brasileiro

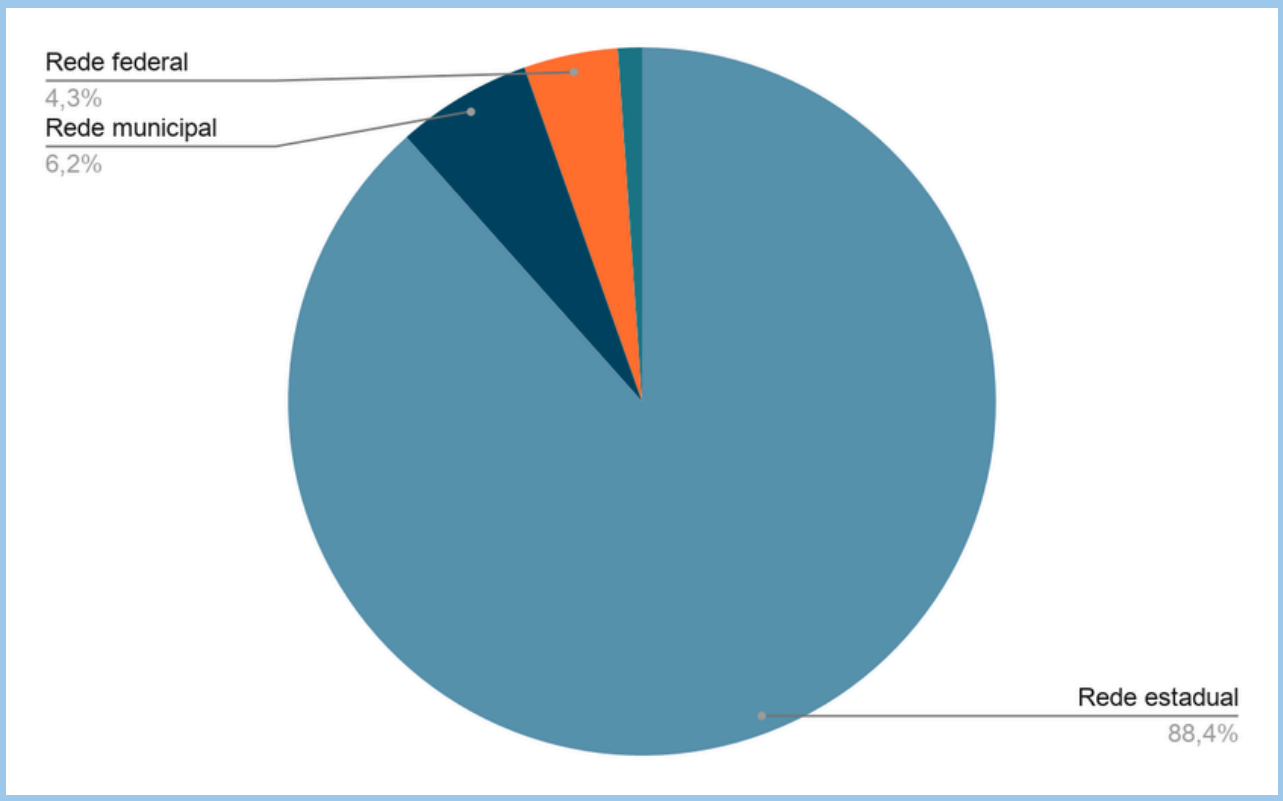


Fonte: infográfico elaborado pelos autores (2026) via ferramenta de inteligência artificial (Chat GPT) a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (Loschi, 2026).

Conforme os dados apresentados, são perceptíveis as desigualdades de renda, de trabalho e de quem cuida, mas também destaca-se a falha institucional por parte do estado de prover educação adequada para pessoas com deficiência. Parte do esforço de alterar a realidade econômica dessa população passa pela escola, e quando observamos uma incidência dez vezes maior no que diz respeito ao analfabetismo (quando comparados a pessoas sem deficiência), fazem-se ausentes as ferramentas elementares ao indivíduo para este fim.

Diante disso, esta pesquisa volta-se para o contexto escolar. O Ensino Médio público tem ênfase por ser visto como etapa ponte para inclusão econômica de pessoas com ou sem deficiência. Isso porque, conforme dados apontados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica (Todos pela Educação, 2025), em 2025 o Maranhão possuía aproximadamente 291.650[1] alunos matriculados no ensino médio, sendo a distribuição por rede realizada da seguinte maneira:

Gráfico 1 – Distribuição de alunos por rede



[1] Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, [s.d.]), o número de matrículas no Ensino Médio naquele ano foi menor: 286.403. Porém como não há nesse levantamento a divisão por rede, optamos por basear-nos neste tópico nos dados fornecidos pelo Todos pela Educação (2025).

A Rede Estadual concentra a maioria dos estudantes, com 88,5% das matrículas; 6,2% estão na Rede Municipal; 4,3% na Rede Federal; e apenas 1,1% na Rede Privada (Todos pela Educação, 2025). Mediante a informação exposta (Gráfico 1), maior atenção deve ser dada a Rede Estadual, tendo em vista que a vasta maioria dos estudantes estão concentrados nesta. Entretanto, aqui nos deparamos com lacuna informacional relevante, dado que que não existem informações públicas adequadas a este fim, e solicitações nesse sentido não tiveram retorno das instituições envolvidas. E as escolas municipais com Ensino Médio, levando em consideração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), são fruto de convênio com dados coletados também pela Rede Estadual.

Dessa forma, este estudo volta-se para análise das informações fornecidas pelas instituições federais de ensino como formadoras de futuros trabalhadores qualificados e que têm como característica a realização de processo seletivo de Língua Portuguesa e Matemática para ingresso dos alunos.

Diante dessas informações, evidencia-se que o objetivo deste estudo é traçar perfil sociodemográfico dos(as) estudantes com deficiência no Ensino Médio da Rede Federal de ensino no Maranhão em 2025. Para alcançar esse objetivo, foi elaborado questionário de perfil (Apêndice 1); em seguida foram encaminhados para as instituições já citadas; os dados recebidos estão apresentados e analisados neste documento.

Este estudo justifica-se pela necessidade de haver uma fonte de dados com informações capazes de gerar subsídios para políticas públicas de transição escola-trabalho, ainda mais levando em consideração o contexto maranhense, que será apresentado adiante (Tabela 1), que tem mostrado quão adversas têm sido as métricas a respeito da empregabilidade no estado mesmo para pessoas sem deficiência:

Tabela 1 - Trabalho no Maranhão no 2º trimestre de 2026

Nível de ocupação	49,2
Taxa de desocupação (pessoas com 14 anos ou mais)	6% (13º no país)
Subutilização[2]	22,7% (4º no país)
Desalentados	9,40%
Empregados com carteira assinada	53,6% (menor do país)
Pessoas trabalhando por conta própria	33,8% (maior do país)
Trabalhadores na informalidade	56,90%
Rendimento médio mensal das pessoas ocupadas	R$2.284,00

Fonte: autores (2026) com base em IBGE (2026).

Sinteticamente, há um contexto de informalidade em relação ao emprego no Maranhão, o que resulta em ausência de direitos básicos como licenças remuneradas e Previdência social. Dessa forma, é necessário pensar em políticas que modifiquem essa realidade, inclusive em relação a pessoas com deficiência. O primeiro passo para isso é entender quem são os (futuros) trabalhadores e/ou empreendedores maranhenses, suas características e demandas.

Destacamos que não é possível afirmar que os dados aqui apresentados representam o perfil dos estudantes com deficiência no estado tendo em vista a ausência de dados da Rede Estadual. Temos informações gerais disponibilizadas pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica (2025) baseado no Censo Escolar, porém preferimos nos ater às análises a respeito dos dados coletados por nós dadas as especificidades desta pesquisa.

[2] Segundo o IBGE (2026), caracteriza-se por subutilização pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação a força de trabalho ampliada.

Também estamos cientes de que no Censo Escolar (INEP, 2026) são coletadas as informações a respeito dos seguintes tipos de deficiência: deficiências visuais (baixa visão, cegueira, visão monocular); deficiência auditiva; surdez; surdocegueira; deficiência física, deficiência intelectual. Ademais dessas deficiências, o Censo registra dados sobre alunos com Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades ou Superdotação.

Porém, em diálogo com os núcleos, foi pontuado por eles a necessidade de sinalizar também alunos com Transtorno de déficit de atenção, por exemplo, que embora ainda não sejam consideradas legalmente pessoas com deficiência, são público da educação inclusiva, situação também de alunos com outros transtornos de aprendizagem ou ansiedade, cuja caracterização como deficiência não é automática, mas pode impactar a vida acadêmica do estudante e, posteriormente, seu trabalho.

METODOLOGIA



Ilustração de Sofia Maluf.

1. METODOLOGIA

Levando em consideração questões éticas nas investigações com seres humanos (Brasil, 2024), esta pesquisa foi realizada sem qualquer contato dos pesquisadores com os(as) estudantes foco deste estudo. Os dados obtidos foram via resposta institucional e explicitando apenas dados quantitativos. Também respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018), as informações aqui apresentadas não permitem identificar os titulares e nenhum dado sensível foi exposto.

Com essas determinações em vista, foi elaborado questionário de perfil (Apêndice 1) solicitando as seguintes informações sem identificação dos(as) estudantes:

- **série;**
- **gênero;**
- **idade;**
- **cidade;**
- **zona de residência (se rural ou urbana);**
- **raça/cor;**
- **se é leitor;**
- **se comunica em Libras;**
- **qual o tipo de deficiência.**

Essas informações deveriam ser referentes aos estudantes que estavam cursando o Ensino Médio em 2025 **(1ª , 2ª ou 3ª série)**.

A ideia de solicitar dados no segundo semestre do ano anterior à pesquisa deu-se por imaginar que as informações censitárias de 2026 poderiam ainda não estar organizadas e ainda existe a possibilidade de novos(as) estudantes com deficiência serem matriculados ao longo do ano. Assim, investigar um período letivo já concluído traria resultados definitivos.

A solicitação de informações foi realizada por meio de ofício para cada instituição. O primeiro a fornecer os dados foi o Colégio Universitário que informou presencialmente em reunião o que foi solicitado. Em seguida, recebemos a solicitação do Instituto Federal do Maranhão para que fizéssemos uma planilha on-line a ser encaminhada para todos os campi para preenchimento dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas.

Nessa planilha, **11 dos 29 campi** forneceram informações, uma taxa de **37,9%** de retorno.

A mesma solicitação realizada ao Colun e ao IFMA foi encaminhada para a Secretaria Estadual de Educação do Maranhão, mas não obtivemos os dados até 13 de setembro de 2026.

Esse silêncio vindo de uma rede que concentra quase 90% dos(as) estudantes matriculados(as) no Ensino Médio no Maranhão pode denotar falta de transparência, falta de organização dessas informações ou até mesmo a ausência de zelo em coletar e sistematizar esses dados, não podemos determinar o(s) motivo(s). Fato é que não existe forma de alterar a realidade socioeconômica dessa população sem passar pelo primeiro estágio: a compreensão a respeito de quem são essas pessoas e o que elas necessitam.

RESULTADOS



Ilustração de Sofia Maluf.

2. RESULTADOS

Inicialmente, apresentamos os dados separados por instituição, mas na seção de discussão reunimos as informações para análise aprofundada.

2.1 PANORAMA DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO – UFMA

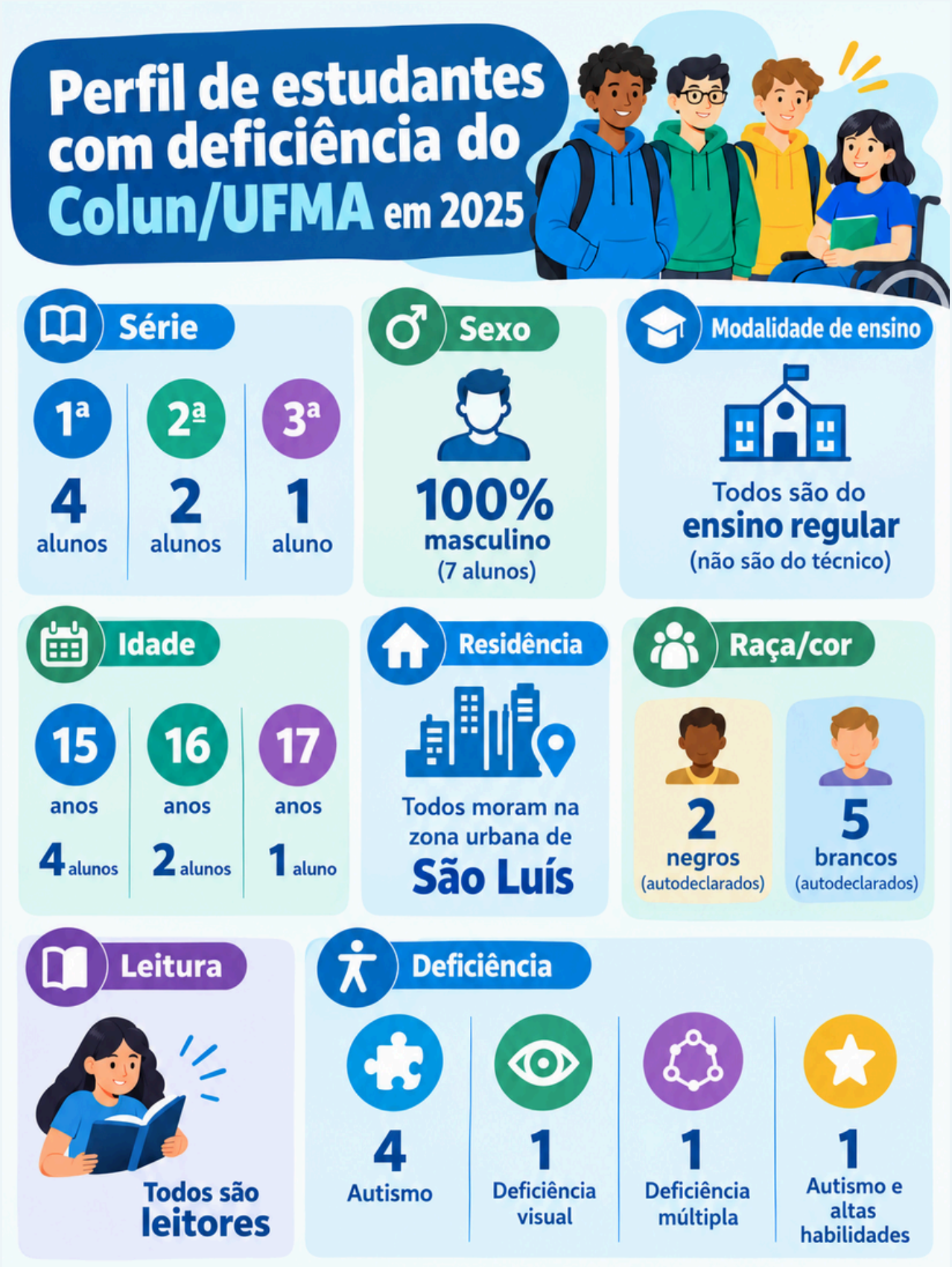
Segundo o Projeto Político Pedagógico (UFMA, 2023), o Colégio Universitário, inaugurado em 1968, é uma escola técnica de aplicação vinculada à Universidade Federal do Maranhão desde 1972, dispõe de um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE) e tem amplo histórico de ensino profissionalizante, porém voltado para o que a instituição nomeia como educação humanizada, definida como "tornar o ser humano, sujeitos transformadores dos meios sociais" (UFMA, 2023, p. 14).

Abordando especificamente a educação inclusiva, no documento em análise (UFMA, 2023), defende-se que sejam integradas todas as pessoas deixadas à margem do processo educacional, visando inclusão democrática e sem preconceitos, indo além das obrigações legais conforme o excerto adiante colabora

> No COLUN a educação inclusiva não poderá ser vista como mera obrigação legal, fortemente estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro, mas se ancora em uma visão de educação da melhor qualidade para os educandos matriculados na instituição, que atenda às necessidades básicas e específicas de aprendizagens convergentes com uma formação integral para além da técnica e do conteúdo pelo conteúdo, sem atribuição de sentido pelas pessoas, mas ainda com afetividade, empatia e colaboração mútua. (UFMA, 2023, p. 15).

Diante dessas diretrizes, apresentamos agora os dados fornecidos pelo NAPNEE:

Figura 2 – Perfil dos estudantes com deficiência do Colun



Fonte: infográfico elaborado pelos autores (2026) via ferramenta de inteligência artificial (Chat GPT) a partir dos dados fornecidos pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do Colégio Universitário/UFMA.

A discussão a respeito das informações apresentadas na Figura 2 será realizada adiante. Neste momento, focamos na apresentação dos dados, o que também será feito em relação ao IFMA a seguir.

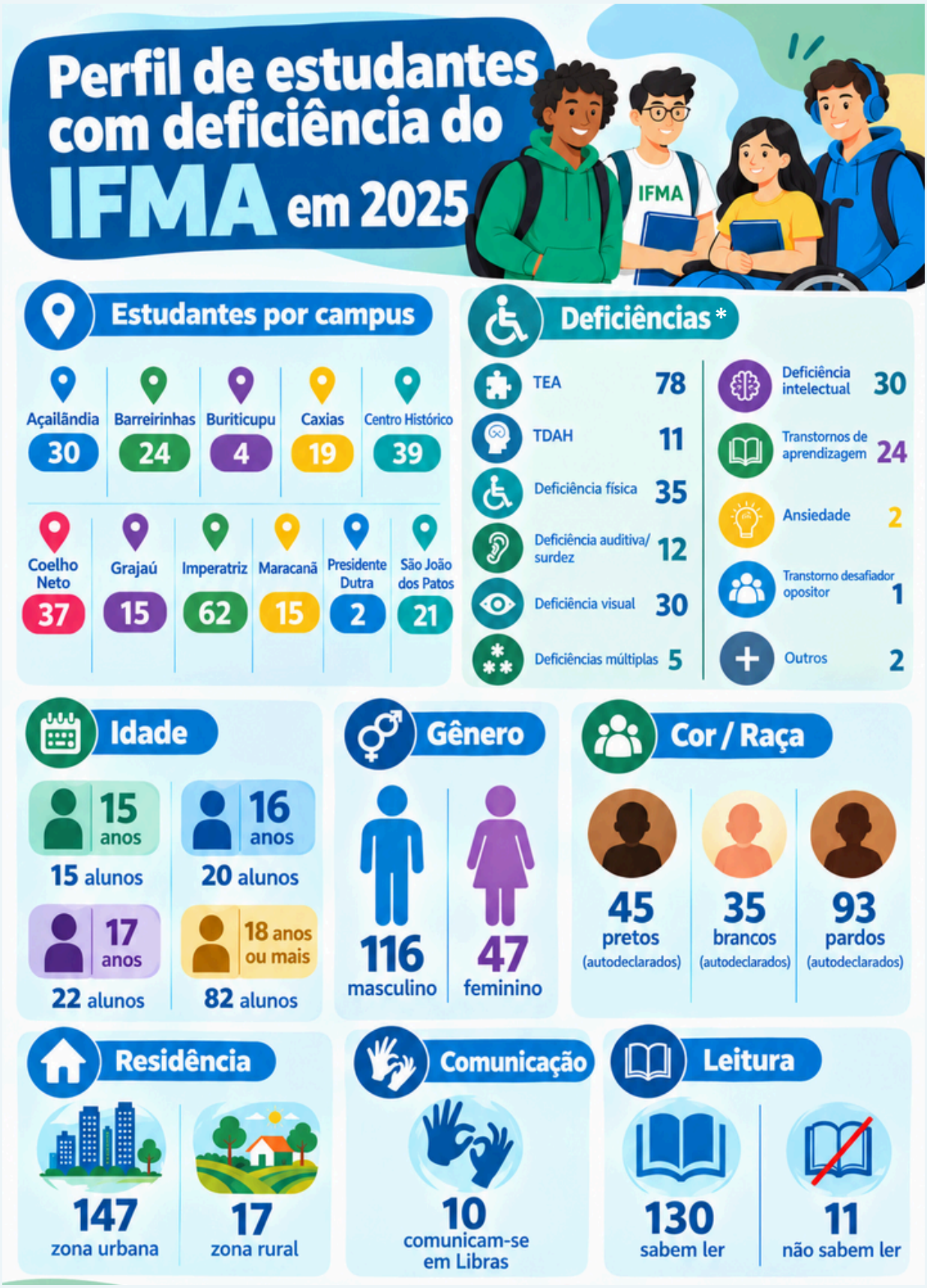
2.2 PANORAMA DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

Segundo o Projeto Político Institucional do Instituto Federal do Maranhão (IFMA, 2019), além de levar em consideração a pluridimensionalidade dos indivíduos, a instituição concebe o trabalho e a esfera produtiva como elemento central para a existência humana, pressuposto explicado adiante

> Para o IFMA, importa compreender e assumir que, por meio do trabalho, o homem vai se construindo e estabelecendo relações enquanto constrói o mundo, interpretando a realidade e, através desse trabalho, desenvolve-se o processo de transição dos saberes e técnicas para a ciência, tecnologia, cultura e educação. (IFMA, 2019, p. 6).

Diante dessa afirmativa e sabendo que a instituição atende a alunos com deficiência, sob a coordenação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas, explicitamos a seguir os dados coletados:

Figura 3 – Perfil dos estudantes com deficiência do IFMA



Fonte: infográfico elaborado pelos autores (2026) via ferramenta de inteligência artificial (Chat GPT) a partir dos dados fornecidos pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (IFMA).

Sobre os dados apresentados na Figura 3, é relevante explicitar algumas considerações. A primeira é que obtivemos respostas de **11 dos 29 campi** e não foram preenchidas todas as informações solicitadas. Assim, o total de estudantes com deficiência sinalizado foi de **268**, mas não há o perfil sociodemográfico completo a respeito dessa totalidade.

Outra questão importante é a respeito do município de residência. Quando não houve resposta, considerou-se que a residência do aluno era no mesmo município do campus do IFMA. A lista dos municípios organizada pela quantidade de alunos com deficiência será apresentada no tópico "Discussão".

Também entendemos que a ausência de respostas do campus Monte Castelo em São Luís distancia a lista da realidade, tendo em vista que esse é o campus com maior número de alunos em todo o estado, o que pode, inclusive, ter feito diferença em outras categorias.

Já em relação ao tipo de deficiência, os enquadrados como "Outros" são os que foram preenchidos com essa classificação no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap), utilizado pela instituição para gerir diário eletrônico, entre outros documentos. Inclusive optamos por manter na lista os diagnósticos não considerados como deficiência tendo em vista o impacto delas na vida escolar dos estudantes e, talvez, também no trabalho, daí o uso do asterisco na Figura 3., campo Deficiências.

É válido enfatizar que na resposta de um dos campi foi informado que 5 alunos não têm ainda laudo, temática a ser abordada no tópico "Discussão".

Cabe, por fim, destacar que não houve resposta do campus do município de Carolina, mas isso foi justificado por eles informando que o Ensino Médio só teve início naquele polo em 2026. Não houve, entretanto, justificativa expressa pelos demais campi que não responderam: Alcântara, Araioses, Bacabal, Barra do Corda, Codó, Itapecuru-Mirim, Monte Castelo, Pinheiro, Pedreiras, Porto Franco, Rosário, Santa Inês, São José de Ribamar, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana e Zé Doca.

2.3 O SILÊNCIO DA REDE ESTADUAL COMO ACHADO

A solicitação de informações à Secretaria Estadual de Educação do Maranhão – Seduc/MA foi protocolada no Sistema Eletrônico de Informações no dia 19 de agosto de 2025 sob o número 025.110220.29042, já compreendendo que por ser a rede com o maior número de alunos (Todos pela Educação, 2025), levaria mais tempo para levantar todos os dados solicitados.

Ocorre que toda a movimentação deste processo ocorreu apenas naquele mês de agosto e parou, um representante da Seduc/MA entrou em contato conosco, mas não tivemos retorno* em relação às solicitações, nem a respeito de quando ou quais dados poderiam ser disponibilizados.

Levando em consideração que buscamos traçar um perfil dos estudantes com deficiência no estado do Maranhão e que a rede estadual concentra quase 90% do corpo discente, percebemos a fragilidade dos dados coletados no sentido de que estão distantes de representar a totalidade, porém a ausência dessas informações podem denotar um contexto de falta de transparência na disponibilização de dados e/ou falhas na reunião das informações solicitadas, elementos fundamentais para determinar políticas públicas. Não podemos determinar a causa para tanto.

Há que se destacar a complexidade dessa rede (Seduc/MA, 2016) por compreender atualmente um conjunto de unidades escolares: escolas regulares; centros Educa Mais (tempo integral); Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica); e escolas indígenas e quilombolas. Instituições essas sob a coordenação de 20 Divisões administrativas que apoiam as escolas de maneira descentralizada, isso pode ser indício da falta de sistematização única de informações. No site da Seduc/MA, há uma aba para indicadores educacionais, porém não há informações disponíveis e a página tem última atualização em julho de 2018 (Seduc/MA, 2018).

Caso essas informações sejam disponibilizadas posteriormente, é válida a atualização deste estudo.

DISCUSSÃO



Ilustração de Sofia Maluf.

3. DISCUSSÃO

A partir de agora os dados serão apresentados e discutidos conjuntamente (IFMA e Colun) para que se possa identificar o perfil dos estudantes com deficiência no Maranhão independentemente da instituição de ensino. Destacando que os dados apresentados são referentes a 275 estudantes.

3.1 RESIDÊNCIA

Obtivemos 171 respostas sobre a zona de residência dos estudantes com deficiência. Desse total, identificamos 154 discentes como moradores da zona urbana (90,05%), enquanto 17 (9,94%) residem na zona rural.

A lista municípios de residência está apresentada a seguir:

Tabela 2 – Quantidade de estudantes por município.

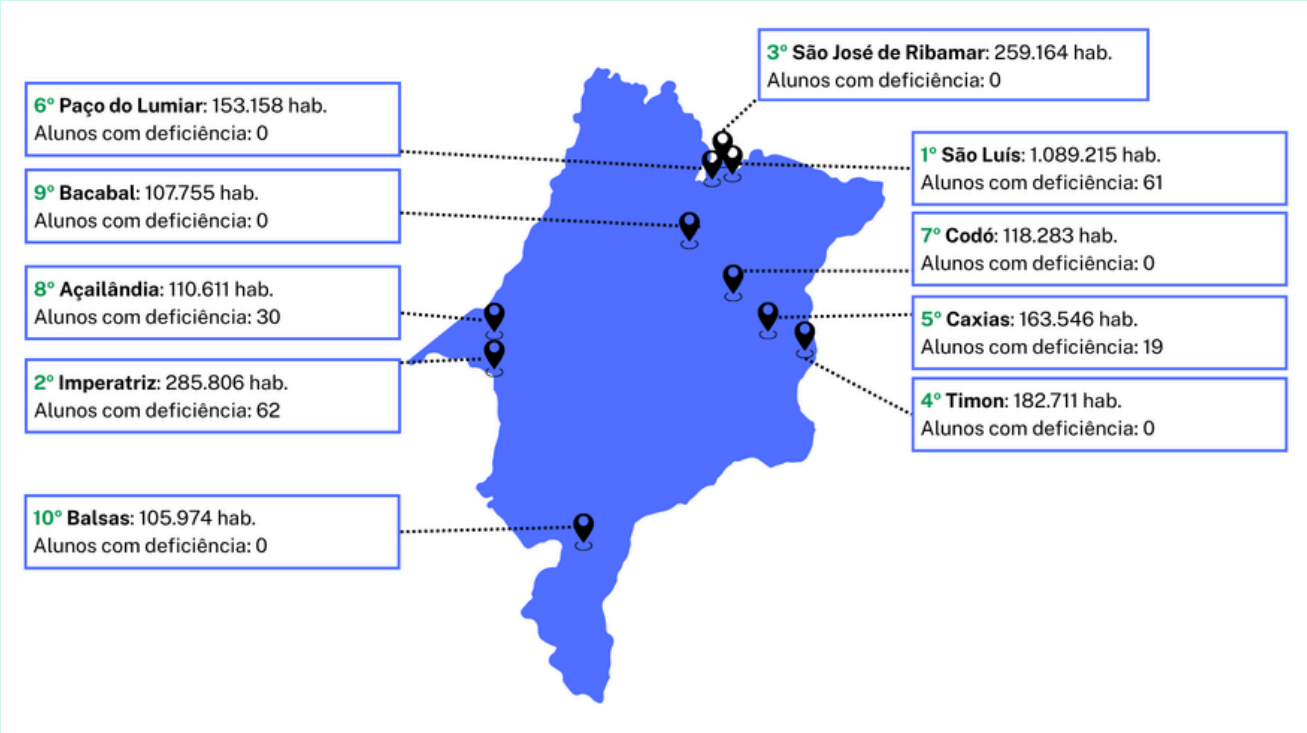
Município	Quantidade de estudantes
Imperatriz	62
São Luís	61
Coelho Neto	37
Açailândia	30
Barreirinhas	24
São João dos Patos	21
Caxias	19
Grajaú	13
Buriticupu	4
Itaipava do Grajaú	2
Presidente Dutra	1
Tuntum	1

Fonte: autores (2026) com base nos dados fornecidos pelas instituições pesquisadas.

É importante lembrar que na ausência de informação a respeito do município de residência, registramos esse como sendo o do campus em que o estudante está matriculado.

Tendo em vista a ausência de todos os dados solicitados pela falta de resposta de 18 campi, parte da análise precisa ser conduzida a partir de inferências, com base nos dados que já existem. E partindo de tais inferências, seria possível assumir que São Luís estaria no topo da lista, tendo em vista que este é o município com mais habitantes em todo o estado e tem 3 campi (Centro Histórico, Monte Castelo e Maracanã). Em segundo lugar fica Imperatriz, como é possível observar na Figura 4.

Figura 4 – Municípios mais populosos do Maranhão



Fonte: autores (2026) com base em dados do IBGE ([s.d]).

Conforme pode ser observado a partir da Figura 3, neste estudo não tivemos acesso às informações a respeito de estudantes com deficiência de 6 dos 10 municípios mais populosos do Maranhão, entretanto mesmo sem a totalidade de dados nossa pesquisa ratifica o maior número de pessoas com deficiência em São Luís e em Imperatriz, indicativo da necessidade de disponibilização de recursos e serviços de acessibilidade nessas regiões.

Outro aspecto relevante é a zona de residência. Uma vez que mais de **90%** dos estudantes residem na área urbana, percebe-se a necessidade de direcionamento de ações para essas localidades, sem desconsiderar porém que para as pessoas que vivem na zona rural as dificuldades urbanísticas, arquitetônicas e de acesso às áreas urbanas podem ocasionar evasão ou exclusão total de pessoas com deficiência do espaço escolar. Esse dado também indica a necessidade de fortalecimento de escolas nas áreas rurais para que não seja necessário extenso translado, mas quando for necessário, que existam veículos para transporte adequado desses estudantes.

3.2 IDADE

Em relação à idade, observando a Tabela 3 é perceptível que a expressiva maioria dos(as) estudantes em 2025 já estavam em idade para trabalho formal ou ingresso no Ensino Superior.

Tabela 3 – Estudantes por idade

Idade	Quantidade de estudantes
15 anos	19
16 anos	22
17 anos	23
18 anos ou mais	82

Fonte: autores (2026) com base nos dados fornecidos pelas instituições pesquisadas.

Com base nas informações da Tabela 3, as pessoas com maior necessidade de políticas públicas nessa transição escola-trabalho já concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio. Dessa maneira, percebe-se como urgente a assistência e o acompanhamento sobre a atual situação desses ex-estudantes.

3.3 GÊNERO E COR

Observou-se a prevalência de estudantes do gênero **masculino** e autodeclarados **negros (pretos ou pardos)**. Mais um recorte relevante para o direcionamento de políticas públicas.

3.4 TIPO DE DEFICIÊNCIA

Segundo as informações coletadas, estudantes com diagnóstico de **Transtorno do Espectro Autista (TEA)** são a maioria em toda a Rede Federal no Maranhão. Esse dado demonstra a necessidade de compreender e voltar ações para esse público de estudantes/trabalhadores, tendo em vista que vivemos no que Garatonni e Szklarz (2026) chamam de "Era do autismo" devido a 3 fatores: ampliação dos critérios para classificação como TEA, inclusive com o reconhecimento dos diferentes níveis de suporte; maior conscientização e triagem precoce; substituição diagnóstica, uma vez que recebe esse laudo o que antes era classificado como retardo mental ou "criança difícil".

Importante ressaltar que esse diagnóstico abrange grande quantidade de características e necessidades. De maneira que para determinar a melhor maneira de formar academicamente e acolher no mercado de trabalho seria necessário levar em conta muitas variáveis que diferenciam-se segundo o nível de suporte.

Outro fator relevante são os estudantes **sem laudo** que foram contabilizados nesta pesquisa (5, segundo respostas do IFMA). Isso caracteriza a educação inclusiva, pois abrange todos os(as) estudantes, independentemente do aspecto médico, pois são consideradas as especificidades de cada estudante. Há que se destacar também que a prática docente e o cotidiano escolar permitem que esse espaço seja o primeiro em que algumas deficiências são percebidas, mas esse processo de diagnóstico clínico pode ser demorado em algumas deficiências, enquanto isso a equipe pedagógica deve trabalhar para incluir esse(a) estudante.

Inclusive cabe explicar que 2 estudantes foram identificados como pessoas com deficiência diagnosticados com ansiedade, o que pode significar ou que essas pessoas têm a ansiedade associada a algum outro diagnóstico ou que é pessoa com transtorno de ansiedade generalizada, uma condição que pode ser considerada deficiência quando impacta atividades diárias a longo prazo (Bakersfield Behavioral Healthcare Hospital, 2023).

3.5 LIBRAS

Foi identificado que 10 entre as 12 pessoas com deficiência auditiva comunicam-se por meio da língua brasileira de sinais, um percentual de 83,33% . Isso demonstra a necessidade de o mercado de trabalho também estar preparado para comunicar-se pela Libras, seja na seleção, no atendimento ao cliente, entre outros, uma vez que já se sabe que mesmo entre aqueles que concluem o Ensino Médio, nem todos os surdos formam-se proficientes em Língua Portuguesa (Silva, 2023).

3.6 LEITURA

Como último parâmetro, enfatizamos o quantitativo expressivo de estudantes (137 de 148, correspondente a 92,57%) com deficiência que são leitores, o que demonstra avanço na realidade escolar, pois esse conhecimento é primordial para realizar seletivos, além de ter acesso a informação e desempenhar outras atividades diárias.

Certamente, o domínio da leitura vai além da decodificação dos símbolos gráficos, seria necessário compreender as inferências feitas, a ativiação de conhecimentos prévios, a interpretação contextualizada dos textos lidos, entre outros para que se pudesse afirmar efetivamente que este estudante não apenas lê, mas compreende os textos, porém essa é uma investigação mais ampla e importante de ser feita no cotidiano escolar.

3.7 PERFIL ENCONTRADO

Após coletados e reunidos os dados deste estudo, o perfil preponderante entre estudantes com deficiência que cursaram o Ensino Médio no Maranhão em 2025 é o exposto na Figura 5:

Figura 5 – Perfil dos(as) estudantes maranhenses com deficiência (2025)



Fonte: autores (2026) com base nos dados fornecidos pelas instituições pesquisadas.

A partir desse perfil, passamos para as recomendações para próximas ações.

RECOMENDAÇÕES



Imagem criada com IA generativa.

4. RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados coletados evidencia que a invisibilidade estatística ainda é um dos principais entraves para as pesquisas voltadas para políticas públicas no contexto maranhense. Diante disso, propõem-se encaminhamentos específicos e complementares para as três instituições-chave deste ecossistema.

Padronização de coleta de dados

Para o IFMA e o Colégio Universitário recomenda-se a adoção de um protocolo institucional unificado para a inclusão. Primeiramente, faz-se necessário padronizar a coleta anual de dados de estudantes com deficiência em alinhamento integral à metodologia do Censo Escolar, talvez aproveitando o sistema eletrônico já adotado por cada uma das instituições.

Atualmente, qualquer divergência entre o número de estudantes declarados no Censo e o número acompanhado internamente pode gerar subnotificação e prejudicar o planejamento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa de Atendimento Educacional Especializado. Essa padronização deve ocorrer no ato da matrícula e ser atualizada semestralmente pelas secretarias acadêmicas.

Inclusive, destaca-se que o Plano Nacional de Educação Especial e Inclusiva (Brasil, 2025) apoia que seja instituído o Observatório da Educação Especial e Inclusiva a nível nacional, denotando que essas informações certamente serão solicitadas e divulgadas com regularidade a partir de então.

Atenção aos NAPNEs

Ainda sobre os IFMAs, propõe-se o fortalecimento estrutural dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs nos campi que concentram mais de 30 estudantes com deficiência, por exemplo, uma vez que quanto maior o número de estu-

dantes a serem atendidos, maior a demanda de trabalho devido às especificidades concernentes a cada deficiência. Esse fortalecimento implica a lotação de pelo menos um profissional de atendimento educacional especializado – AEE, tutores em sala de aula, psicopedagogo e intérpretes de Libras por campus, além de orçamento dedicado para tecnologia assistiva.

Formação continuada sobre TEA

Vê-se, ainda, como necessário instituir (caso ainda não exista) programa de formação continuada obrigatório sobre Transtorno do Espectro Autista, uma vez que o TEA representa o maior número de matrículas no recorte temporal abordado e é também um diagnóstico com variedade de especificidades que pode dificultar a elaboração de Plano Educacional Individualizado (Garatonni; Szklarz, 2026). As necessidades de apoio são diversas, desse modo além da formação sobre TEA, recomenda-se uma política de acessibilidade que considere as especificidades individuais e as diferentes barreiras encontradas no ambiente escolar.

Transparência de dados

Já para a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão propõe-se a criação de um painel público anual de monitoramento de pessoas com deficiência no Ensino Médio. Esse painel, além de expor quantidade de estudantes matriculados, poderia apresentar dados agrupados interseccionalmente: gênero, raça/cor, zona (urbana/rural), dependência administrativa e tipo de deficiência. Esse é um tipo de agrupamento já realizado pelo IBGE (Loschi, 2026), por exemplo, e favorece análises mais aprofundadas sobre o contexto do público investigado.

Essas informações dispostas em total geral e relacionadas são fundamentais para identificar, por exemplo, a dupla vulnerabilidade de meninas negras com deficiência na zona rural ou a baixa permanência de estudantes com deficiência intelectual no 3º ano. Um painel como esse qualifica o controle social, favorece pesquisas sobre o tema, permite que os órgãos competentes monitorem metas pré-estabelecidas, como o combate à evasão escolar.

Acessibilidade comunicacional

Abordando a leitura, além da decodificação do texto, no contexto da inclusão, também é importante pensar a respeito dos formatos em que a informação está disponível, se os materiais são acessíveis e quais recursos de tecnologia assistiva são necessários para que os estudantes tenham autonomia no acesso à informação. Essa perspectiva pode contribuir para uma compreensão mais ampla da acessibilidade comunicacional na educação e na futura inserção profissional.

Sugestão de nova pesquisa

Por fim, recomenda-se a realização de uma pesquisa de longo prazo sobre a transição da escola para o mercado, monitorando estudantes com deficiência recém-formados no Ensino Médio para avaliar sua inserção na universidade, no emprego ou no empreendedorismo, unindo assim a inclusão educacional à profissional. Porém, sugere-se que o aprofundamento dessa pesquisa ocorra por meio da análise de barreiras de acessibilidade nos processos seletivos, adaptações razoáveis no ambiente de trabalho, acesso à informação sobre oportunidades e práticas de recrutamento e permanência profissional. Esses aspectos podem ajudar a compreender por que a inclusão educacional nem sempre se converte em inclusão produtiva.

Um exemplo desse monitoramento a longo prazo é a iniciativa implementada na Faculdade de Educação da UERJ. Diferente de ações pontuais que se limitam ao cumprimento da Lei de Cotas, o modelo de trabalho customizado apresentado por Redig e Glat (2017) prevê um processo contínuo e estruturado, que vai desde a elaboração do Perfil Pessoal Positivo, passando pela identificação das demandas reais do empregador e, principalmente, pela atuação decrescente do instrutor laboral para garantir a autonomia do trabalhador. A experiência foi realizada com quatro jovens estagiários com deficiência intelectual e demonstrou que, quando há suporte especializado, avaliação contínua do desempenho e adaptação das tarefas é possível manter e desenvolver o profissional no ambiente de trabalho, superando a lógica da inclusão apenas para cumprir cotas, em seu lugar promovendo efetiva transição da escola para a vida adulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mapeamos o perfil de 275 futuros trabalhadores(as) com deficiência que em 2025 estavam no Ensino Médio da Rede Federal. São jovens, majoritariamente com TEA, concentrados em São Luís e Imperatriz. O desafio a partir desse momento é garantir que cheguem ao trabalho digno.

Para tanto, é necessário repensar e fortalecer políticas públicas e seguir com a investigação, a partir do seguinte aprofundamento: cruzamento dos dados já coletados com dados do Censo Escolar para verificar inconsistências; realizar busca ativa nos 18 campi do IFMA que ficaram fora da primeira etapa do levantamento; a realização do estudo longitudinal já citado a respeito da transição escola-trabalho, ensino médio-ensino superior.

Esse aprofundamento, entretanto, só é possível reunindo esforços e com o apoio de instituições e pesquisadores(as), dada a complexidade das informações e o tempo devido para que se chegue às conclusões necessárias.

Destaca-se, por fim, que os dados apresentados aqui oferecem um panorama parcial dos estudantes com deficiência no Ensino Médio maranhense dada a ausência de informações da Secretaria Estadual de Educação e de 17 polos do IFMA.



REFERÊNCIAS

BAKERSFIELD BEHAVIORAL HEALTHCARE HOSPITAL. **O Transtorno de Ansiedade Generalizada é uma deficiência?**, 6 de junho de 2023. Disponível em: https://www.bakersfieldbehavioral.com/blog/is-generalized-anxiety-disorder-a-disability. Acesso em: 29 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 16 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em 16 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024.** Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm. Acesso em 16 set. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponúvel em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em 11 out. 2026.

GARATONNI, Bruno; SZKLARZ, Eduardo. A era do autismo. **Superinteressante**, 18 set. 2026. Disponível em: https://super.abril.com.br/saude/a-era-do-autismo/?utm_campaign=mrf-whatsapp-Superinteressante+&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&mrfcid=202609186aaa84c19ea55527920a5539. Acesso em 18 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**: panorama. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama. Acesso em: 18 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2º trimestre de 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=47768. Acesso em 17 out. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto Pedagógico Institucional – IFMA 2019-2023**, São Luís, jun. 2019. Disponível em: https://prenae.ifma.edu.br/projetopedagogico/. Acesso em: 17 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Quais são os tipos de deficiência coletadas no Censo Escolar?** publicado em 29 de maio de 2025 e atualizado em 31 de agosto de 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/censo-escolar/educacao-especial/quais-sao-os-tipos-de. Acesso em 19 out. 2026.

LOSCHI, Marília. Desigualdades afetam acesso a espaços, participação e direitos das pessoas com deficiência. **Agência IBGE Notícias, Estatísticas sociais**, 18 set. 2026, Rio de Janeiro. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/48091-desigualdades-afetam-acesso-a-espacos-participacao-e-direitos-das-pessoas-com-deficiencia. Acesso em 22 set. 2026. .

REDIG, Annie Gomes; GLAT, Rosana. Programa Educacional Especializado para capacitação e inclusão no trabalho de pessoas com deficiência intelectual. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 25 (95), abr. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500869. Acesso em 19 out. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. R**egimento escolar dos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão**. 2016. Disponível em: https://share.google/RBNp5TXj3UmqcKIwW. Acesso em 18 set. 2026.

SILVA, Sâmia Cristina Martins. **Librês**: diretrizes sobre o uso dessa interlíngua em produtos audiovisuais. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5091. Acesso em: 18 set. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica** 2025. Maranhão. 2025. Disponível em: https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/estados-ma.html. Acesso em 16 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. COLÉGIO UNIVERSITÁRIO. **Projeto Político Pedagógico – Colégio Universitário**. Coordenação: Alessandra Belfort Barros... [et al.]. São Luís: Colégio Universitário, 2023. Disponível em: https://portalpadrao.ufma.br/colun/colun/documentos. Acesso em: 17 set. 2026.

Apêndice A - Questionário de perfil

Questionário de perfil de estudantes com deficiência no Ensino Médio em 2025 no Maranhão

Característica	Quantidade
Idade	15: 16: 17: 18 ou mais:
Cor	Branco: Preto: Pardo: Indígena: Amarelo:
Gênero	Masculino: Feminino:
Município de residência	
Zona de residência	Urbana: Rural:
Deficiência	
Sabe ler	Sim: Não:
Comunica-se em Libras	Sim: Não:

Apêndice B - Ofícios de solicitação de informações

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRUPO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E ECONOMIA – ETC UFMA
OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO PCD NO MERCADO DE TRABALHO
Centro de Ciências Sociais,
Avenida dos Portugueses, 1966, Vila Bacanga.
CEP: 65080-805, São Luís – MA.

São Luís, 21 de julho de 2025.

À senhora Jandira Dias
Secretária de Educação do Maranhão
Rua dos Pinheiros, n.º 15, quadra 16, Jardim São Francisco
C.E.P.: 65076-250 São Luís – Maranhão

Prezada secretária Jandira Dias,

O Grupo de Pesquisa ETC UFMA, por meio do Projeto Observatório de Inclusão PCD no Mercado de Trabalho, vem propor uma parceria com a Secretaria de Educação do Maranhão para realizar uma pesquisa inovadora e estratégica. O objetivo é identificar o perfil dos próximos profissionais com deficiência (PcDs) que se formarão pela rede pública de ensino do Maranhão e estão prestes a ingressar no mercado de trabalho.

Acreditamos que essa parceria trará benefícios mútuos e significativos para ambas as partes. A sistematização dos dados coletados permitirá:

- Identificar as características demográficas e educacionais dos estudantes PCD, incluindo idade, gênero, deficiência, formação regular ou técnica, município, nível de leitura, fluência em Libras, cor ou raça e zona de residência (urbana ou rural);
- Fornecer informações para a Secretaria de Educação do Maranhão sobre o perfil dos estudantes PCD que estão concluindo a educação básica e técnica, permitindo melhor planejamento e implementação de políticas públicas de inclusão e acessibilidade;

- Oferecer ao mercado de trabalho uma visão sistemática das habilidades e competências dos futuros profissionais PCD, facilitando a inclusão e a contratação desses profissionais;
- Contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social e laboral de pessoas com deficiência no Maranhão.

Para tanto, além da consolidação dessa parceria, queremos obter essas informações via dados de posse dessa Secretaria tendo o compromisso de não identificar individualmente os(as) estudantes (conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados), bem como não utilizar essas informações tampouco o relatório final para fim comercial, mas sim com finalidade estritamente científica e educacional, podendo ser publicados em revistas científicas e em relatório.

Inicialmente, pensou-se que os dados solicitados seriam referentes apenas aos estudantes que estão cursando o 3º ano do Ensino Médio, porém vê-se como mais vantajoso englobar todos os(as) estudantes do 1º ao 3º ano em 2025, pois, assim, teremos um relatório com projeções para o triênio 2026-2027-2028, período mais amplo para o planejamento de ações e seus impactos.

Acreditamos que essa parceria será um passo importante para promover a inclusão e a acessibilidade no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Estamos ansiosos para discutir os detalhes e os benefícios dessa parceria e para trabalhar juntos para alcançar nossos objetivos.

Agradecemos desde já a atenção e consideração.

Atenciosamente,

Ramon Bezerra Costa
(Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC UFMA)

Sâmia Cristina M. Silva
(Coordenadora executiva do Observatório de Inclusão e Exonomia
Contatos:
etc@ufma.br
(98) 98507-8665

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRUPO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E ECONOMIA – ETC UFMA
OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO PCD NO MERCADO DE TRABALHO
Centro de Ciências Sociais,
Avenida dos Portugueses, 1966, Vila Bacanga.
CEP: 65080-805, São Luís – MA.

São Luís, 21 de julho de 2025.

Ao Magnífico Prof. Dr. Carlos César Teixeira Ferreira
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Avenida Coronel Colares Moreira, 477 - Jardim Renascença
São Luís - MA, 65075-441

Prezado,

O Grupo de Pesquisa ETC UFMA, por meio do Projeto Observatório de Inclusão PCD no Mercado de Trabalho, vem propor uma parceria com a Secretaria de Educação do Maranhão para realizar uma pesquisa inovadora e estratégica. O objetivo é identificar o perfil dos próximos profissionais com deficiência (PcDs) que se formarão pela rede pública de ensino do Maranhão e estão prestes a ingressar no mercado de trabalho.

Acreditamos que essa parceria trará benefícios mútuos e significativos para ambas as partes. A sistematização dos dados coletados permitirá:

- Identificar as características demográficas e educacionais dos estudantes PCD, incluindo idade, gênero, deficiência, formação regular ou técnica, município, nível de leitura, fluência em Libras, cor ou raça e zona de residência (urbana ou rural);
- Fornecer informações para a Secretaria de Educação do Maranhão sobre o perfil dos estudantes PCD que estão concluindo a educação básica e técnica, permitindo melhor planejamento e implementação de políticas públicas de inclusão e acessibilidade;

- Oferecer ao mercado de trabalho uma visão sistemática das habilidades e competências dos futuros profissionais PCD, facilitando a inclusão e a contratação desses profissionais;
- Contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social e laboral de pessoas com deficiência no Maranhão.

Para tanto, além da consolidação dessa parceria, queremos obter essas informações via dados de posse dessa Secretaria tendo o compromisso de não identificar individualmente os(as) estudantes (conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados), bem como não utilizar essas informações tampouco o relatório final para fim comercial, mas sim com finalidade estritamente científica e educacional, podendo ser publicados em revistas científicas e em relatório.

Inicialmente, pensou-se que os dados solicitados seriam referentes apenas aos estudantes que estão cursando o 3º ano do Ensino Médio, porém vê-se como mais vantajoso englobar todos os(as) estudantes do 1º ao 3º ano em 2025, pois, assim, teremos um relatório com projeções para o triênio 2026-2027-2028, período mais amplo para o planejamento de ações e seus impactos.

Acreditamos que essa parceria será um passo importante para promover a inclusão e a acessibilidade no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Estamos ansiosos para discutir os detalhes e os benefícios dessa parceria e para trabalhar juntos para alcançar nossos objetivos.

Agradecemos desde já a atenção e consideração.

Atenciosamente,

Ramon Bezerra Costa
(Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC UFMA)

Sâmia Cristina M. Silva
(Coordenadora executiva do Observatório de Inclusão e Exonomia
Contatos:
etc@ufma.br
(98) 98507-8665

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRUPO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E ECONOMIA – ETC UFMA
OBSERVATÓRIO DE INCLUSÃO PCD NO MERCADO DE TRABALHO
Centro de Ciências Sociais,
Avenida dos Portugueses, 1966, Vila Bacanga.
CEP: 65080-805, São Luís – MA.

São Luís, 21 de julho de 2025.

Ao Senhor Paulo Sérgio Castro Pereira
Diretor do Colégio Universitário

Prezado,

O Grupo de Pesquisa ETC UFMA, por meio do Projeto Observatório de Inclusão PCD no Mercado de Trabalho, vem propor uma parceria com a Secretaria de Educação do Maranhão para realizar uma pesquisa inovadora e estratégica. O objetivo é identificar o perfil dos próximos profissionais com deficiência (PcDs) que se formarão pela rede pública de ensino do Maranhão e estão prestes a ingressar no mercado de trabalho.

Acreditamos que essa parceria trará benefícios mútuos e significativos para ambas as partes. A sistematização dos dados coletados permitirá:

- Identificar as características demográficas e educacionais dos estudantes PCD, incluindo idade, gênero, deficiência, formação regular ou técnica, município, nível de leitura, fluência em Libras, cor ou raça e zona de residência (urbana ou rural);
- Fornecer informações para a Secretaria de Educação do Maranhão sobre o perfil dos estudantes PCD que estão concluindo a educação básica e técnica, permitindo melhor planejamento e implementação de políticas públicas de inclusão e acessibilidade;

- Oferecer ao mercado de trabalho uma visão sistemática das habilidades e competências dos futuros profissionais PCD, facilitando a inclusão e a contratação desses profissionais;
- Contribuir para a redução das desigualdades e para a promoção da inclusão social e laboral de pessoas com deficiência no Maranhão.

Para tanto, além da consolidação dessa parceria, queremos obter essas informações via dados de posse dessa Secretaria tendo o compromisso de não identificar individualmente os(as) estudantes (conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados), bem como não utilizar essas informações tampouco o relatório final para fim comercial, mas sim com finalidade estritamente científica e educacional, podendo ser publicados em revistas científicas e em relatório.

Inicialmente, pensou-se que os dados solicitados seriam referentes apenas aos estudantes que estão cursando o 3º ano do Ensino Médio, porém vê-se como mais vantajoso englobar todos os(as) estudantes do 1º ao 3º ano em 2025, pois, assim, teremos um relatório com projeções para o triênio 2026-2027-2028, período mais amplo para o planejamento de ações e seus impactos.

Acreditamos que essa parceria será um passo importante para promover a inclusão e a acessibilidade no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Estamos ansiosos para discutir os detalhes e os benefícios dessa parceria e para trabalhar juntos para alcançar nossos objetivos.

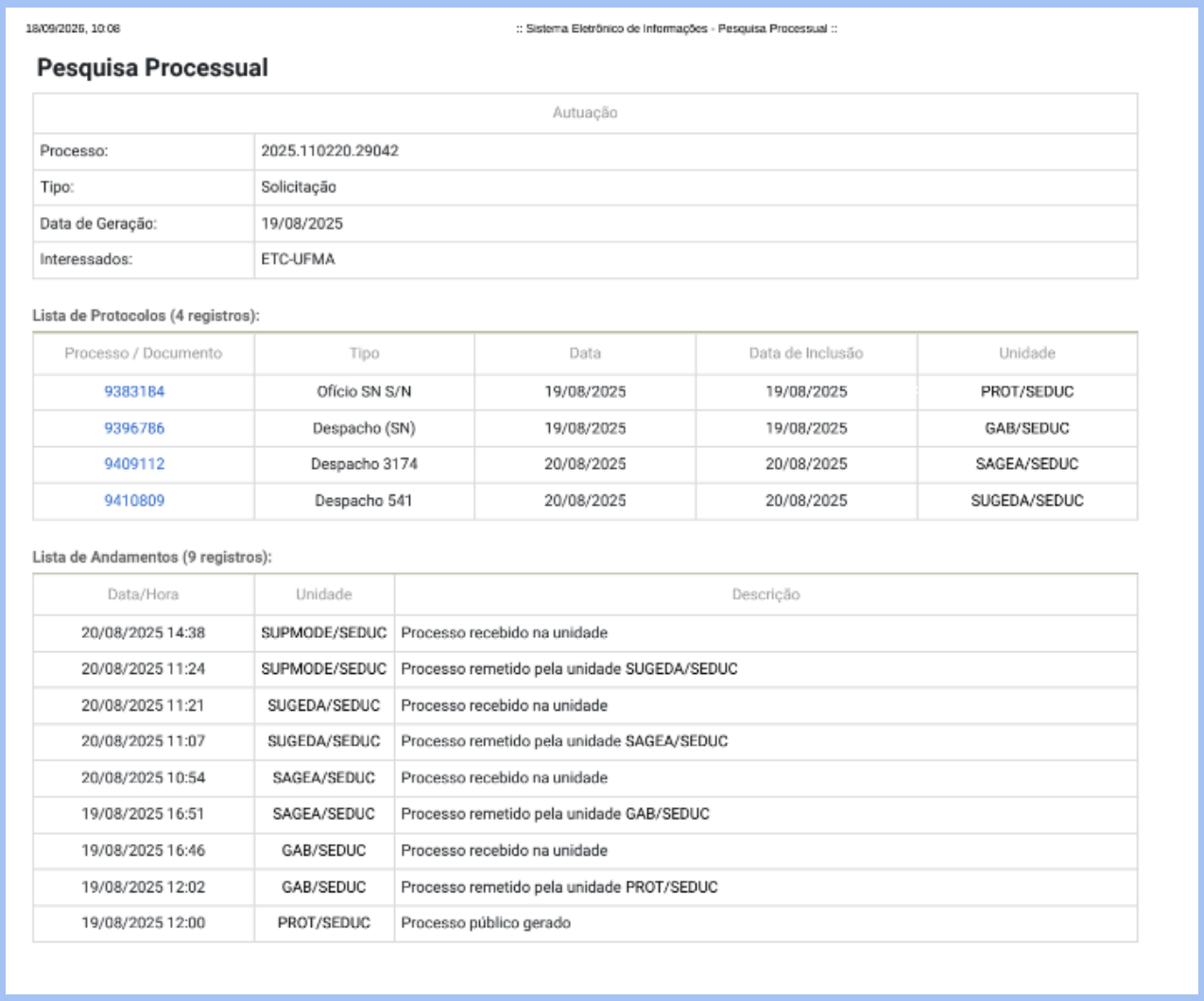
Agradecemos desde já a atenção e consideração.

Atenciosamente,

Ramon Bezerra Costa
(Coordenador do Grupo de Pesquisa ETC UFMA)

Sâmia Cristina M. Silva
(Coordenadora executiva do Observatório de Inclusão e Exonomia
Contatos:
etc@ufma.br
(98) 98507-8665

Anexo A – Andamento da solicitação realizada para a SEDUC-MA



18/09/2025, 10:08 :: Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Processual ::

Pesquisa Processual

Autuação	
Processo:	2025.110220.29042
Tipo:	Solicitação
Data de Geração:	19/08/2025
Interessados:	ETC-UFMA

Lista de Protocolos (4 registros):

Processo / Documento	Tipo	Data	Data de Inclusão	Unidade
9383184	Ofício SN S/N	19/08/2025	19/08/2025	PROT/SEDUC
9396786	Despacho (SN)	19/08/2025	19/08/2025	GAB/SEDUC
9409112	Despacho 3174	20/08/2025	20/08/2025	SAGEA/SEDUC
9410809	Despacho 541	20/08/2025	20/08/2025	SUGEDA/SEDUC

Lista de Andamentos (9 registros):

Data/Hora	Unidade	Descrição
20/08/2025 14:38	SUPMODE/SEDUC	Processo recebido na unidade
20/08/2025 11:24	SUPMODE/SEDUC	Processo remetido pela unidade SUGEDA/SEDUC
20/08/2025 11:21	SUGEDA/SEDUC	Processo recebido na unidade
20/08/2025 11:07	SUGEDA/SEDUC	Processo remetido pela unidade SAGEA/SEDUC
20/08/2025 10:54	SAGEA/SEDUC	Processo recebido na unidade
19/08/2025 16:51	SAGEA/SEDUC	Processo remetido pela unidade GAB/SEDUC
19/08/2025 16:46	GAB/SEDUC	Processo recebido na unidade
19/08/2025 12:02	GAB/SEDUC	Processo remetido pela unidade PROT/SEDUC
19/08/2025 12:00	PROT/SEDUC	Processo público gerado

SOBRE OS AUTORES



Sâmia Cristina Martins Silva

Professora e jornalista, doutoranda em Ensino pelo Programa de Pós-graduação em Ensino (Renoen/UEMA), mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação - Mestrado Profissional (UFMA).



Francisco Gelinski Júnior

Economista, bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



José Gabriel Meneses Sousa

Jornalista pelo UniCeuma. Mestrando em Comunicação no Programa Profissional de Pós-Graduação em Comunicação - Mestrado Profissional (UFMA).



Victória Larissa Santos Chaves

Jornalista, mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação - Mestrado Profissional (UFMA).



Ramon Bezerra Costa

Doutor em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ), professor do Curso de Comunicação Social - Rádio e TV e do Programa do Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).